



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA
VINTE E OITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETTE**

-----Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sobre a presidência do **Presidente da Mesa** José Ribeiro, o **Primeiro Secretário** Jorge Pimentel, e da **Segunda Secretária** - Mercedes Pardo. Verificada a existência de quórum, pelo Presidente da Assembleia Municipal, foi declarada aberta a sessão, quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----O **Presidente da Mesa** começou por dizer que esta sessão era, verdadeiramente, a primeira do mandato e agradeceu a presença do público. Continuou para dizer que era uma honra e um privilégio, para ele, poder dirigir esta Assembleia Municipal como, aliás, tinha referido na tomada de posse, sentia-se verdadeiramente um homem desta casa, que começou como funcionário, depois Vereador e a seguir Presidente da Câmara. E, embora não tivesse pensado sê-lo, era agora, Presidente desta Assembleia. Reforçou a ideia de que era um privilégio poder dirigir este órgão deliberativo do Município e acreditava que era, também, para todos aqueles que tinham sido eleitos diretamente e para os eleitos na suas freguesias. Prosseguiu dizendo que, simultaneamente, era uma grande responsabilidade para todos, porque representavam os anseios e as necessidades de toda a população do nosso Concelho. Felicitou o Presidente da Câmara por proporcionar que as sessões fossem de novo no Salão Nobre da Câmara. Prosseguiu dizendo que todos deviam encarar o exercício deste mandato com a maior lealdade e responsabilidade e entendia que, à semelhança do que aconteceu em algumas freguesias, deveria introduzir-se um juramento na tomada de posse. No que a ele dizia respeito, ia procurar ser um Presidente imparcial, embora proveniente de uma força política a quem será sempre fiel, o que não invalidará a sua imparcialidade na liderança desta Assembleia. Aproveitou para saudar o esforço de entendimento, que tinha sido feito pelas três bancadas representadas nesta Assembleia, para que fosse possível aditar pontos à ordem de trabalhos, que mais à frente iria anunciar, bem como para apresentar uma lista única nas diferentes eleições que iam ser votadas a seguir. Prosseguiu dizendo que



72

o Presidente da Câmara tinha dito, em várias circunstâncias, que se tinha iniciado um novo ciclo político. Ele também entendia que sim, pelo que solicitou que houvesse um total respeito entre os dois órgãos. Terminou apelando ao cumprimento, por todos, do Regimento Municipal.-----

-----Anunciou as justificações de falta na Tomada de Posse de José Manuel Ribeiro Cardoso e Maria Manuel de Freitas Gonçalves.-----

-----Colocadas a votação, **foram aprovados, por unanimidade.**-----

-----De seguida, pelo **Presidente da Mesa**, foram anunciados os seguintes pedidos de *suspensão*: pelo período de trinta dias, Maria Manuel de Freitas Gonçalves, eleita pela Coligação “Unidos à Fafe - PPD/PSD.CDS-PP” e Joaquim Magalhães, eleito pelo PS

-----Colocado a votação, **foram aprovados, por unanimidade.**-----

-----Pedi a *substituição*, nesta sessão, o Presidente da Junta de Freguesia de Fafe, pelo secretário António José Silva e o Presidente da Junta de Freguesia de Golães, pela secretária, Maria Alice Pereira Castro.-----

-----Colocado a votação, **foram aprovados, por unanimidade.**-----

-----Tomaram assento, os elementos que se seguiam na respetiva lista, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de cinquenta e dois Membros.-----

-----Em seguida, o **Presidente da Mesa** procedeu à leitura do expediente da Assembleia Municipal que ficou à disposição dos Membros para que, querendo, o consultassem.-----

-----Passou-se para o **período de Antes da Ordem do Dia.**-----

-----O **Presidente da Mesa** comunicou à Assembleia que, atendendo à solicitação do Presidente da Câmara, para a designação dos representantes na CIM do Ave e na CPCJ, chegadas após à distribuição da agenda desta sessão, propunha que fossem aditados à ordem de trabalhos os pontos 2.4.1 Eleição de seis representantes e respetivos suplentes para a Assembleia Intermunicipal da CIM do Ave, e ponto 2.4.2 Eleição de quatro representantes e respetivos suplentes para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.-----

-----Não havendo objeções, os pontos foram inseridos na ordem de trabalhos.-----



h 9

-----O **Presidente da Mesa** comunicou a existência de uma proposta apresentada pela **Coligação “Unidos a Fafe”**, sobre a constituição de dois grupos parlamentares autónomos (PSD e CDS-PP), tendo-se procedido à sua leitura.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----

-----De seguida comunicou, também, a existência de um voto de louvor, subscrito pelo Movimento FS, à Diana Durães, Carlos Vieira e Hugo Magalhães, pelos últimos resultados alcançados, tendo-se procedido à sua leitura.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----

-----Posteriormente, passou-se ao **período de intervenções**.-----

-----Fez uso da palavra **Manuel Armando Salgado Santos, eleito pelo PS**, para tecer alguns comentários políticos sobre a intervenção do Presidente da Mesa e solicitou que fosse criada uma Comissão de Análise, para que o Regimento Municipal desta Assembleia fosse apreciado.-----

-----De seguida, usou da palavra **Pedro Nuno Bastos Freitas, eleito pelo Movimento FS**, que iniciou a sua intervenção para solicitar vários esclarecimentos, nomeadamente, sobre o desaparecimento de um computador. Sobre a iluminação de Natal da Cidade referiu que, embora estivesse bonita, pretendia ver esclarecido o fato do Presidente da Câmara, em declarações públicas, a 14 de dezembro, dadas à comunicação social, ter dado nota de que a responsabilidade pela inexistência das iluminações, à data, se devia exclusivamente à empresa contratada para o efeito. Mais tarde, veio-se a saber que, afinal, a adjudicação só tinha sido efetuada a 12 de dezembro. Pretendia saber, também, porque a Câmara tinha contratado uma empresa de Ponte de Lima, através de ajuste direto, com convite a uma única entidade, sendo que a empresa convidada tinha sido legalmente constituída em 19 de outubro, ou seja, dois meses antes. Prosseguiu, dizendo de uma empresa constituída há dois meses, não podia ter uma reputação no mercado tal, que levasse a Câmara a efetuar este convite, sendo que não deviam faltar em Fafe e nas suas proximidades empresas reputadas para este serviço. Solicitou, também, esclarecimentos sobre os critérios que levaram a instalação do



6

5

espaço do cidadão nas freguesias, tecendo vários comentários políticos. Por fim, abordou o assunto do Bairro da Cumieira, cujo concurso tinha ficado vazio e entendia que a obra era necessária e, em parte, concordavam com a mesma. Tinha sido apresentado um novo orçamento de aproximadamente 7 milhões que, tanto quanto sabia, as obras eram para ser executadas nas partes comuns e no exterior dos edifícios, a semelhança do que tinha acontecido num bairro social em Guimarães e cujos prédios já careciam novamente de obra, pelo que entendia que se devia refletir sobre este assunto.-----

-----Usou da palavra **Maria de Fátima Pereira Oliveira Caldeira, eleita pelo Movimento FS** para saudar publicamente todos os Presidentes de Junta eleitos, desejando a todos um excelente mandato e, acima de tudo, elogiar a capacidade de diálogo em negociação democrática, dos eleitos das freguesias, onde não foi possível obter maioria absoluta das forças partidárias concorrentes, respeitando o sentido de voto das suas populações e salvaguardando acima de tudo os interesses da freguesia. Lamentou que o mesmo procedimento não tenha sido seguido na freguesia de Moreira de Rei e Várzea Cova, pelo que afirmava, perante essa Assembleia, que o impasse na formação desse executivo não podia, nem devia ser imputado ao Movimento Fafe Sempre, dado que os seus candidatos sempre manifestaram disponibilidade para uma negociação.-----

-----Usou, também, da palavra **Francisco José Gonçalves Pinto, eleito pela coligação "Unidos a Fafe"**, para questionar o Presidente da Câmara sobre o ponto de situação da obra de ligação de Antime a Silves S. Clemente, referindo que a mesma nunca mais tinha fim. Prosseguiu dizendo que, no orçamento que iam apreciar, estava alocada uma verba de 250 mil euros, para essa obra, pelo que pretendia saber para quando estava previsto a conclusão da mesma. Questionou, também, sobre a situação da Ponte de Passos, embora tivesse conhecimento de que não era uma obra da responsabilidade do Município, mas sim das Infraestruturas de Portugal.-----

-----De seguida, usou da palavra **José Manuel Ribeiro Cardoso, eleito pela coligação "Unidos a Fafe"**, para dizer que, ao consultar a ata de apuramento geral dos resultados na relação dos mandatos do concelho de Fafe, no que respeitava a Assembleia de Freguesia de Fafe, tinha encontrado um lapso, uma vez que constava o



nome dos deputados municipais em vez dos eleitos à Assembleia de Freguesia, pelo que o mesmo deve ser corrigido.-----

-----Usou da palavra **Anabela Cunha Martins, eleita pelo PS**, para dizer que era com satisfação que manifestava o seu agrado por integrar esta Assembleia Municipal. Queria dirigir a primeira palavra aos seus colegas deputados. Independentemente das ligações políticas e movimentos políticos de cada um, desejava que todos pudessem proporcionar e criar bom ambiente e, sobretudo, agir e pensar no bem estar de todos os Fafenses. Que, tudo fará para contribuir para a harmonia desta Assembleia. Prosseguiu, manifestando o seu agrado, quanto às atribuições das Bolsas de Estudo, aprovadas em reunião de Câmara de 09-11-2017. Tinha sido com satisfação que tinha visto que todas as candidaturas submetidas tinham sido aprovadas, o que demonstrava que existia, efetivamente, no nosso concelho famílias com carências financeiras. Era de congratular o esforço do Município em apoiar todas as famílias e de valorizar a sua continuidade. Queria, igualmente, congratular o Município de Fafe, pela atribuição que recebeu, no passado 24 de Outubro de 2017, da menção honrosa “Prémio Viver em Igualdade”, promovido pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), distinção atribuída pela intervenção nos últimos dois anos, no âmbito do serviço de ação social. Lembrou que o Município tinha inúmeras medidas sociais, nomeadamente, requalificação de habitações, apoio a renda e despesas gerais familiares, bolsas de estudo, Programa “Ser Solidário”, programas de apoio a doentes e seniores.-----

-----Tomou a palavra **Duarte Teixeira Rocha, eleito pela coligação “Unidos a Fafe”** para colocar algumas questões ao Presidente da Câmara, nomeadamente, sobre as obras nas Escolas Carlos Teixeira e Secundária, uma vez que as obras não estavam a decorrer como supostamente deviam, pelo que pretendia saber a data prevista para a sua conclusão. Solicitou esclarecimentos sobre a rubrica da EDP, que estava orçamentada em cerca 800 mil euros quando, na verdade, o valor gasto era aproximadamente de 1 milhão e 200 mil euros por ano. Por fim abordou, também, o assunto da iluminação de natal da cidade, perguntando qual era o desconto que o fornecedor ia fazer, uma vez que só ia haver quinze dias de iluminação.-----



4 9

-----De seguida, usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Travassós**, para desejar o maior sucesso ao Presidente da Assembleia e restante mesa, bem como aos deputados eleitos, desejar um bom trabalho pela nossa terra, em particular aos da sua freguesia, a favor da freguesia de Travassós e que as suas propostas venham de encontro aquilo que o povo insistia e reclamava. Prosseguiu dizendo, que estaria ao lado deles, sempre que o interesse da sua freguesia fosse invocado. Desejou, também, ao **Presidente da Câmara e Vereadores um bom mandato**.-----

-----Foi dada a palavra a **Rogério António de Sousa Gonçalves, eleito pelo Movimento FS**, para falar sobre os conselhos gerais dos Agrupamentos de Escolas, referindo que tendo terminado o primeiro período letivo, a Câmara ainda não tinha designados os Membros para fazerem parte desses órgãos. -----

-----Foi dada a palavra a **Rui Manuel Carvalho Ribeiro, eleito pelo Movimento FS**, para abordar o tema da piscina municipal, uma vez que lhe tinham surgido algumas dúvidas face ao orçamento apresentado, já que nele não existia qualquer verba para uma intervenção na mesma. Também sabia que existia um projeto para construção de um novo equipamento, pelo que pretendia saber qual era a intenção do Executivo. Por fim, disse saber que tinham sido efetuados estudos de eficiência energética em alguns equipamentos municipais da cidade, nomeadamente, na piscina municipal, pelo que questionou o ponto de situação dos mesmos.-----

-----De seguida, usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Rei e Várzea Cova** para responder a intervenção da deputada Fátima Caldeira sobre a constituição da sua Junta, tecendo alguns comentários políticos.-----

-----Foi dada a palavra a **Armindo Manuel Tavares Fernandes, eleito pelo PS** para falar no primeiro ponto que tinha sido abordado neste período de antes ordem do dia, a iluminação de natal. Prosseguiu dizendo que, a questão da iluminação de natal não era de agora, mas talvez há mais de vinte anos que, nessa altura, era da responsabilidade da Associação Comercial e Empresarial de Fafe, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto. Em 2000, após um pequeno desentendimento, a Associação Comercial recusou tratar da mesma e nessa altura, tinha sido Antero Barbosa, vereador da Cultura, à época, que tinha resolvido, através de um ajuste direto colocar, luzes nas árvores da cidade. A iluminação estava bonita, havia um maior número de ruas



7

[Handwritten signature]

iluminadas, bem como o centro da cidade. Terminou dizendo que a Câmara sempre fez tudo, até hoje, para que as iluminações existissem em qualquer circunstância.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por dizer que tinha gostado de ouvir as palavras do Presidente da Mesa e que poderá, obviamente, contar com uma atitude da Câmara Municipal absolutamente isenta, respeitadora de toda a função que cada um dos cargos dos senhores deputados aqui desempenhavam. Prosseguiu, dizendo que lamentava as insinuações levantadas à volta do desaparecimento do seu computador. O incidente tinha ocorrido no dia em que estavam a fazer as mudanças para o edifício novo, pelo que não sabia o que tinha acontecido. Claro que, também, ele tinha ficado admirado quando, passado pouco tempo, a meio da tarde, já estava a receber uma chamada de um órgão da comunicação social fafense a querer saber o que se tinha passado. Infelizmente, o mesmo não tinha voltado a aparecer. Era um computador da Apple, o que permitia que fosse seguido, através do iphone, se alguma vez fosse ligado, o que não aconteceu. Tinha sido feita participação na GNR e à Companhia de Seguros, pelo que o assunto estava encaminhado.-----

Prosseguiu, prestando os seguintes esclarecimentos:-----

- Relativamente à iluminação de natal, já tinha sido falada, também na reunião de Câmara, de manhã. Falou sobre o processo de contratação pública referindo que a partir do dia 1 de janeiro, a contratação exigia maior rigor, face às alterações da legislação. Continuou referindo que, como sabiam já não havia Naturfafa, nem Empresa de Turismo, pelo que não havia forma alguma de fugir aos condicionalismos da contratação pública. Também não era justo dizer que fosse um método muito utilizado na Câmara, o ajuste direto, sem consulta a três entidades. Informou que, a partir do dia 1 de janeiro, ia deixar de ser possível, sendo sempre obrigatória a consulta a três entidades. Esclareceu que o procedimento da iluminação de natal tinha sido iniciado no dia 13 de novembro, com a indicação de que a mesma estaria a funcionar desde a data de adjudicação, até vinte e cinco de janeiro, mas devido a todos estes constrangimentos legais, tais como o artigo 49º da Lei do Orçamento do Estado, tal não foi possível;-----



- Sobre os espaços do cidadão, logo que se soube da possibilidade, tinha dado indicações aos serviços para divulgar pelas freguesias todas. Quanto ao método de seleção, comprometeu-se a remeter, formalmente, ao deputado Pedro Freitas;-----
- Relativamente ao Bairro da Cumieira, a intervenção que se estava a pensar fazer não era uma operação cosmética, mas sim uma intervenção de fundo, substituindo o telhado porque tinha amianto, forrando-se as casas para melhorar o seu conforto térmico, mudando-se as caixilharias, as janelas e as caixas de escadas. Nas frações que eram do município, cento e oitenta, iam substituir-se os pisos, mudar as casas de banho e as cozinhas e que se iria intervir, também, no espaço exterior. Prosseguiu dizendo que havia quem achasse que se devia demolir uma parte do Bairro da Cumieira, no entanto, das cerca de duzentos e quarenta casas, cerca de quarenta eram privadas e das cento e oitenta que sobravam, noventa estavam ocupadas e noventa devolutas, aproximadamente. Tal significava que metade da Cumieira estava ocupada, e que existia, contudo, cinquenta pedidos para casas. As mesmas não tinham sido atribuídas porque não reuniam condições de habitabilidade. Informou que existiam quase duzentas e cinquenta pessoas a receber apoio à renda e que, se a Cumieira oferecesse conforto, certamente mudariam de casa. Referiu, ainda, que tinha sido feito um estudo à qualidade do betão das habitações, que demonstrou, que o mesmo, era de qualidade e que dava garantia para suportar as obras de beneficiação;-----
- Sobre a obra de ligação de Antime a Silhares S. Clemente informou que a obra se encontrava em execução, terminando o prazo legal a 5 de janeiro de 2018, contudo, face ao contrato adicional de trabalhos a mais e menos, realizado em 21 de dezembro, o prazo estendia-se até a 10 de janeiro de 2018, sendo que, os restantes trabalhos nas diversas parcelas aguardavam novo orçamento para 2018, pelo que apenas se previa a conclusão total da obra em março do próximo ano;-----
- Relativamente à Ponte de Passos começou por dizer que este processo tinha começado em 2006, com a interrupção da ponte, obrigando as pessoas a passar a ponte a pé, o que tinha funcionado uma vez que, depois disso, tinha havido várias iniciativas quer das Infraestruturas de Portugal, quer da Câmara, tendo havido um planeamento daquilo que se ia fazer. Entretanto, em setembro, tinha-se feito um ofício ao qual responderam a dizer que, no início de 2018, a obra começaria. Mais



recentemente, tínhamos voltado a insistir, tendo as Infraestruturas de Portugal respondido que a obra em causa estava em fase de adjudicação e que a mesma iria ocorrer em janeiro, prevendo-se o início da obra em março de 2018. Relativamente à questão de segurança, era uma preocupação do Município que, agora, com a estrada de Passos concluída, tinha melhorado;-----

- Sobre as obras das Escolas Secundária e Carlos Teixeira, não conhecia a existência de atrasos, a obra tinha dezoito meses de prazo de execução;-----

- Quanto ao concurso da EDP, constavam 800 mil euros, tinha sido feito um concurso internacional para fornecimento de energia, tendo o vencedor apresentado um valor de 500 mil euros;-----

- Relativamente aos representantes do Município nos conselhos gerais das Escolas, tinha sido feito logo uma proposta que, por sugestão do Vereador Antero Barbosa, tinha sido retirada, no sentido de se incluir Vereadores sem pelouro, e estavam a refletir sobre isso;-----

- Terminou dizendo que a obra da piscina iria avançar no próximo ano, sendo que o valor de 600 mil estava adstrito à eficiência energética da mesma e havia financiamento para isso, permitindo assim melhorar o seu aspeto geral, bem como o seu funcionamento. Concordava com o facto de que a construção de uma nova piscina, também, fazia falta.-----

-----O **Presidente da Mesa** deu como terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passando-se, imediatamente, para o **Período da Ordem do Dia - Ponto dois ponto um – Regimento da Assembleia Municipal - Mandato 2017-2021 - Apreciação.** -----

-----O **Presidente da Mesa** informou que já tinha reunido com os líderes dos Grupos Parlamentares, tendo ficado acordado que se mantivesse em vigor o atual Regimento. Eventualmente a Mesa da Assembleia proporá receber algumas alterações, se for o caso, tendo já conversado sobre as mesmas e que seriam mais no sentido de agilizar a convocatória, do que propriamente alterações ao Regimento, que refletia a Lei. Não tendo a mesma sido alterada, não lhe parecia que houvesse grandes necessidades de alteração.-----



5 9

-----Não havendo intervenções, o **Presidente da Mesa** colocou à votação, no sentido que fosse mantido em vigor o atual regimento, tendo sido **aprovado, por unanimidade**.-----

-----Passou-se, imediatamente, ao **Ponto dois ponto dois eleição de cinco representantes das freguesias do concelho para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (Decreto-Lei 124/2006, de 28/06, nova redação)**;-----

-----O **Presidente da Mesa** comunicou que havia uma proposta para nomeação dos representantes subscritos pelos três grupos parlamentares, tendo procedido à sua leitura.-----

-----Solicitou a palavra **José Manuel Ribeiro Cardoso, eleito pela coligação “Unidos a Fafe”** para dizer que tinha apresentado uma proposta para criação do seu grupo parlamentar e que não tinha sido consultado para esta proposta de nomeação dos representantes.-----

-----O **Presidente da Mesa** explicou que, enquanto Presidente da Mesa, solicitou às forças concorrentes nas eleições passadas para indicar se queriam constituir grupos parlamentares, tendo-lhe sido transmitido a constituição de três grupos, o PS, um grupo, FS outro grupo e a Coligação “Unidos a Fafe – PPD/PSD.CDS-PP” outro. O Deputado **José Cardoso** tinha trazido, apenas, nesta Assembleia, a proposta de criação do grupo CDS-PP, pelo que o mesmo será considerado a partir da próxima sessão.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovado, por maioria, com um voto contra a seguinte lista: Efetivos: Presidente da Freguesia de Moreira e Várzea Cova, Presidente da Freguesia de Fornelos; Presidente da Freguesia de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído, Presidente da Freguesia de Ardegão, Arnozela e Seidões e Presidente da Freguesia de Quinchães; Suplentes: Presidente da Freguesia de Agrela e Serafão, Presidente da Freguesia de Armil, Presidente da Freguesia de Cepães e Fareja, Presidente da Freguesia de Ribeiros e Presidente da Freguesia de Travassós**.-----

-----Passou-se, posteriormente, para o **ponto dois ponto três – Eleição de um Presidente da Junta e o seu substituto para a Associação Nacional de Municípios Portugueses**;-----



-----O **Presidente da Mesa** comunicou que havia uma proposta para nomeação dos representantes, subscrita pelos três grupos parlamentares, tendo procedido à sua leitura.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido ***aprovada, por unanimidade, a seguinte lista: Efetivo - Presidente da Freguesia de Agrela e Serafão e Suplente - Presidente da Freguesia de Revelhe.***-----

-----A seguir, passou-se ao **ponto dois ponto quatro - Eleição do representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do ACES do Alto Ave;**-----

-----O **Presidente da Mesa** comunicou que havia uma proposta para nomeação dos representantes, subscrita pelos três grupos parlamentares, tendo procedido à sua leitura.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido ***aprovada, por maioria, com um voto contra, a seguinte lista: Efetivo - Filipa Sofia Guedes Faria e Suplente - Artur Filipe Brandão Campos Aguiar.***-----

-----Imediatamente a seguir, passou-se ao **ponto dois ponto quatro um - Eleição de seis representantes e respetivos suplentes para a Assembleia Intermunicipal do CIM do Ave;**-----

-----O **Presidente da Mesa** comunicou que havia uma proposta para nomeação dos representantes, subscrita pelos três grupos parlamentares, tendo procedido à sua leitura.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido ***aprovada, por maioria, com um voto contra, a seguinte lista: Efetivos - Manuel Armando Salgado Santos; Palmira Teresa Moreira Dias, Armindo Manuel Tavares Fernandes; Vera Alexandra Mendes Soares, Manuel Cristóvão Ferreira Barbosa e Duarte Teixeira Rocha; Suplentes - Joaquim Magalhães, Sandra Maria Oliveira Pereira, Maria Emília Sousa Luís, Luís Gabriel Alves Soares, Rogério António Sousa Gonçalves e Francisco José Gonçalves Pinto.***-----

-----Passou-se ao **ponto dois ponto quatro dois - Eleição de quatro representantes e respetivos suplentes para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;**-----



5

9

-----O **Presidente da Mesa** comunicou que havia uma proposta para nomeação dos representantes, subscrita pelos três grupos parlamentares, tendo procedido à sua leitura.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido ***aprovada, por unanimidade, a seguinte lista: Efetivos: Sandra Maria Oliveira Pereira, Maria Emília Sousa Luís, Maria de Fátima Pereira Oliveira Caldeira e Francisco José Gonçalves Pinto; Suplentes: Diogo António Castro Antunes, Anabela Cunha Martins, Diogo José Gonçalves Soares e Maria Manuela de Freitas Gonçalves.***-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto cinco - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal;**---

-----Não havendo intervenções, a ***Assembleia Municipal tomou conhecimento.***-----

-----Passou, para o **ponto dois ponto seis - Apreciação e Votação da 5ª Revisão aos Documentos previsionais de 2017;**-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido ***aprovada, por unanimidade.*** -----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto sete - Apreciação da informação da Câmara relativa aos compromissos plurianuais assumidos no 3.º trimestre de 2017;**-----

-----Não havendo intervenções, a ***Assembleia Municipal tomou conhecimento.***-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto oito - Apreciação e Votação de Protocolo de Investimentos 2017, da freguesia de Fafe;**-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido ***aprovada, por unanimidade.*** -----

-----De imediato, passou-se para o **ponto dois ponto nove - Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa ao reconhecimento do interesse público municipal de uma atividade pecuária, sita na Rua do Real, n.º 180, freguesia de Ribeiros, requerido por Manuel José Teixeira Antunes;**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar que se tratava de ajudar os agricultores, para que pudessem beneficiar de ajudas comunitárias e, para isso, precisavam ver reconhecido o interesse público municipal das suas atividades pecuárias. Tinha sido prática no último mandato.-----



-----Solicitou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Ribeiros** para dizer que se iria ausentar da sala aquando da votação.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi, de imediato, colocado à votação, tendo sido **aprovado, por unanimidade**.-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto dez - Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa à permuta de uma parcela de terreno, sita na Rua Dr. José Summavielle Soares, freguesia de Fafe;**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que explicou que era uma troca de terreno que tinha sido aprovada, por unanimidade, na Câmara.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo sido aprovado, **por unanimidade**.-----

-----De imediato, passou-se para o **ponto dois ponto onze - Apreciação e votação da proposta da Câmara de autorização prévia para assunção de compromissos relativo à Prestação de Serviços de Manutenção de 46 parcómetros e aos 2 sistemas de controlo de acesso de viatura aos Parques de Estacionamento (Biblioteca e Praça Mártires do Fascismo);**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que referiu que, por ser um contrato com validade de três anos, tendo encargos plurianuais, a competência era da Assembleia.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo sido aprovado, **por unanimidade**.-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto doze - Apreciação e Votação da Proposta da Câmara relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2018 e demais propostas aí incluídas;**-----

-----Usou da palavra ao **Presidente da Câmara** para dizer que este orçamento, como era tradição, tinha sido elaborado com prudência e rigor, era de 38 milhões. Assentava em três grandes pilares que, de alguns modos, eram a continuidade dos trabalhos que tinha sido feito, nos últimos quatro anos. Por um lado, eram as preocupações sociais, todos os programas sociais iam continuar a ser desenvolvidos, por outro, o desenvolvimento económico deste Município, procurando dar a conhecer e divulgar Fafe, criar condições para que as empresas viessem para cá e, por fim, o



aproveitamento dos fundos comunitários, tendo salientado as obras nas duas grandes Escolas, a construção do Nó de Arões, tendo sido já ultrapassadas as dificuldades que existiam com o último proprietário, processo que já tinha avançado para expropriação, mas que, no entanto, se tinha chegado a acordo, e a requalificação do Bairro da Cumieira. Prosseguiu dizendo que, também, iriam haver intervenções na piscina municipal, no Parque da Cidade, a regeneração urbana, entre outras. Abordou o tema da Zona Industrial de Regadas, uma vez que, neste orçamento, a mesma não tinha uma dotação orçamental igual aos anos anteriores. Recordou que, em fevereiro de 2017, o Vereador responsável por este dossier tinha saído do executivo, não tendo havido possibilidades durante o resto do ano, de se dar continuidade. Por isso a verba que tinha sido prevista, não tinha sido gasta. Pelo que, nesta fase, havia duas opções ou colocava-se um número ficcionado, que se ia corrigindo através de alterações orçamentais, ou assumia-se uma posição mais correta e transparente, abrindo a rubrica, sendo que, nas próximas semanas, ia ser analisado o processo para se planear o que era preciso fazer, pelo que quando a 1ª revisão fosse feita, poderia atribuir-se a dotação orçamental que se justificasse. Abordou o assunto das despesas correntes, dizendo que, numa Câmara que procurava ser ativa e que tinha muitas ações, era o grande bolo das despesas, referindo que, não era a mesma coisa despesas correntes e despesas de funcionamento. Recordou aos Senhores Deputados que, nas despesas correntes, também, estavam incluídas as despesas com a área social, com a área da educação, com as freguesias, com o desporto, com o apoio às coletividades. Relativamente ao mapa de transferências para as freguesias, o mesmo já tinha sido distribuído. Sobre os Centros de Convívios, já existiam 12 em funcionamento. E que, este ano, existia uma verba para ajudar os que pretendesse instalar-se. Prosseguiu dizendo que era um orçamento no qual depositavam muita esperança, que traduzia a vontade política de continuar o trabalho já iniciado, a transferência para as freguesias estava muito sublinhada, cerca de 4 milhões de euros, bem como as transferências para as coletividades, o que não significava que não pudesse criar-se um regulamento com a participação das coletividades e de todas as forças políticas.-----

-----Solicitou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Travassós** para fazer um declaração de voto, uma vez que, há muito, tinha sido prometido à sua freguesia a



rua de Bouças, e atendendo a que, em várias reuniões tidas com o Presidente da Câmara, o mesmo garantiu que obra arrancaria até ao segundo trimestre, pelo que ia votar favoravelmente este orçamento.-----

-----De seguida, usou da palavra **Pedro Nuno Bastos Freitas, eleito pelo Movimento “Fafe Sempre”**, para apresentar uma declaração de voto, que passou a ler e que fica a fazer parte integrante da presente ata (*doc. 1*). E, que face às razões aludidas na declaração de voto, o Movimento “Fafe Sempre”, ia abster-se.-----

-----De imediato, usou da palavra **Duarte Teixeira Rocha, eleito pela coligação “Unidos a Fafe”**, para apresentar uma declaração de voto, que passou a ler e que fica a fazer parte integrante da presente ata (*doc. 2*). E, que face às razões aludidas na declaração de voto, a votação era de não aprovação.-----

-----Usou da palavra, também, **José Ribeiro Cardoso, eleito pela coligação “Unidos a Fafe”**, para dizer que o seu partido era democrático e responsável, que votava de acordo com a sua consciência política. E, na análise, discussão e votação do Orçamento, concordava com as grandes prioridades enunciadas pelo executivo camarário, que em grande parte vinham do mandato e exercício anterior. Prosseguiu dizendo que, como não havia orçamentos perfeitos, pretendia colocar à Câmara algumas questões, tais como: qual tinha sido o “Light Motiv” para a Câmara Municipal ter subido os impostos diretos, indiretos, taxas, multas e outras penalidades; o que tinha feito de positivo o gabinete de apoio ao empresário “GAE” na capacidade de resposta à criação de emprego e no plano económico-financeiro e quantas empresas tinha trazido para Fafe. Qual era a estratégia do executivo para o Turismo, nomeadamente Turismo Rural, Desportivo, Cultural, Religioso, Social e de Montanha. Terminou dizendo que o entendimento do CDS/PP era no sentido de que deveria ser deliberado que a derrama não se aplicasse a volume de negócios das Empresas até 150 mil euros, bem como o retorno do IRS não de 2% mas de 2,5% o que daria outra folga e justiça aos cidadãos contribuintes, pelo que, só após ouvir os esclarecimentos solicitados, decidirá o seu sentido de voto.-----

-----De seguida, usou da palavra **Rogério António de Sousa Gonçalves, eleito pelo Movimento “Fafe Sempre”**, para apresentar uma proposta relativamente ao Plano de Atividade Municipal. No contrato inter-administrativo de delegação de competências



na Juntas de Freguesias, no âmbito da ação escolar, era referido a existência de um projeto educativo concelhio. Entendia que era importante dar a conhecer às escolas esse projeto. Solicitou o esclarecimento de duas dúvidas: no orçamento estava referenciado o possível lançamento de salas de aulas do futuro, embora apenas estivessem previstos 5 euros para as mesmas, pelo que pretendia saber o que ia acontecer. Por fim, no Plano Plurianual de Investimentos, estava referenciado que haveria obras em diversos edifícios escolares e parques infantis, dotadas em cerca de 50 mil euros, no entanto a maior parte das escolas não tinham parque infantil, pelo que solicitou esclarecimentos.-----

-----Por fim, usou da palavra **José Manuel Gonçalves Domingues, eleito pelo PS**, começando por desejar um bom mandato a todos, quer aos membros da Assembleia, quer da Câmara, para que pudessem trabalhar juntos em prol de Fafe, dando um exemplo capaz e sério à comunidade que tinha feito questão de nos colocar nestes lugares. Prosseguiu dizendo que todos gostavam de ter, em vez de 38 milhões, um orçamento que tivesse 180 e, tal como o Presidente da Câmara já o tinha dito, assentava em três pilares que eram fundamentais para melhorar a condição de vida dos Fafenses e fazer o nosso concelho cada vez melhor. As obras que estavam projetadas eram as que cabiam nas verbas existentes, o que não significava que numas próximas alterações orçamentais, permitisse que aquelas obras que apenas tinham a rubrica em aberto, não pudessem vir a ser executadas. Prosseguiu, dizendo, que este Orçamento vinha na sequência de anteriores que tinham vindo a ser aprovados, quase sempre por unanimidade, nesta Assembleia. E, que este, não era tão substancialmente diferente dos outros que não merecesse, por da parte da sua bancada, o voto favorável.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que prestou alguns esclarecimentos sobre as questões colocadas pelos Deputados.-----

-----Não havendo mais intervenções, foram colocados à votação, os seguintes pontos:-----

1 - Autorizar a câmara municipal a celebrar e denunciar os contratos de delegação de competências, acordos de execução e outros apoios, nos termos das alíneas j) e k) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da lei 75/2013 de 12 de setembro, em todos os domínios



4

[Handwritten signature]

dos interesses próprios das populações das freguesias, de acordo com os critérios e/ou orientações aprovadas pela Assembleia Municipal. **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.**-----

2 - Autorizar a Câmara Municipal a conceder isenções totais ou parciais relativamente a impostos e outros tributos previstos nos regulamentos municipais, até ao montante de 10.000,00 euros nos termos do n.º2, do artigo 16.º, da lei n.º73/2013 de 3 de setembro. **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.**-----

3 - Fixar, nos termos do n.º2, alínea b), do art.º 106, da lei n.º 5/2004 de 10 de janeiro, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25% para o ano de 2018. **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.**-----

4 - Fixar, nos termos do art.º 26, da lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, em 3%, a participação variável do município no IRS a liquidar em 2019, sobre os rendimentos dos municípios de 2018. **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.**-----

5.-----

5.1 – Emitir, para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, e n.º 4, do artigo 16.º, ambos da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12.º do decreto-lei n.º127/2012, de 21 de junho, autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela câmara municipal, nos seguintes casos:-----

a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes no plano – PPI e/ou PAM, ou-----

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos, ou-----

c) Resultem de reprogramações financeiras legalmente admissíveis e alterações ao cronograma físico e/ou financeiro de investimentos e outras despesas, sem prejuízo do disposto n.º 2 do artigo 12.º do decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.-----

5.2 - Que, na sequência do pedido de autorização prévia formulado e referido no número anterior, seja igualmente autorizada a delegação no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais. **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.**-----



5

5.3 - Que delibere, ainda, que a câmara municipal, com a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo, prestará informação trimestral da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente proposta. ***A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.***-----

-----Posteriormente, foi feita a votação final global, tendo sido **aprovado, por maioria, com vinte e uma abstenções e quatro votos contra, aprovar.**-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto treze - Apreciação e Votação de proposta da Câmara relativa ao Mapa de Pessoal e respetivos anexos – 2018;**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que apresentou o documento dizendo que a Câmara precisava de renovar os seus quadros, precisavam de pessoal técnico e especializado.-----

-----Não havendo intervenções, foi, de imediato, colocado, à votação, tendo sido, **aprovado, por maioria, com vinte e três abstenções.**-----

-----Por último, passou-se para o **ponto dois ponto catorze - Apreciação e Votação de proposta da Câmara relativa ao Contrato Inter-administrativo de delegação de competências nas Freguesias, no âmbito da Ação Social e Escolar.**-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado, à votação, tendo sido, **aprovada, por unanimidade.**-----

-----Não havendo intervenções, foi dada a palavra ao Primeiro Secretário, que procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. Colocada a votação, **foi aprovada, por unanimidade.**-----


-----Pelo **Presidente da Mesa** -----Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que, a ata depois de elaborada seria remetida aos Líderes dos Grupos Parlamentares para que, a mesma, fosse vista e corrigida, se assim o entendessem. Prosseguiu, dizendo que se congratulava pelo fato de estarem presentes os cinquenta e dois membros que compunham a Assembleia e, esperava que sempre assim fosse. Também manifestou o desejo que houvesse grande participação do público nestas Assembleias. Reforçou as ideias de cooperação e imparcialidade que referiu no início da sessão frisando, no entanto, que era membro desta Assembleia e que, iria intervir sempre que achasse oportuno. Continuou, referindo que, sem querer criar qualquer tipo de controvérsia



sobre o que foi discutido, nesta Assembleia, queria registar algumas questões, nomeadamente, sobre o corredor verde, para dizer que o que tinha sido dito, não era o mesmo que o Presidente da Câmara referiu. Falou, ainda, relativamente à Ponte de Passos, dizendo que todos tinham lido que a mesma iria ser requalificada em março/abril de 2017, e que tal não se verificou. Manifestou o desejo para que seja em 2018. Esclareceu, ainda, que a Ponte de Passos tinha sido interditada a pesados em 2012 ou, meados de 2013, pelas Estradas de Portugal, entidade responsável pela obra. Por fim, respondendo ao deputado Manuel Armando Salgado Santos, sobre a sua intervenção e o respeito, referiu que o Presidente da Câmara já tinha respondido, na exata medida em que ele tinha colocado a questão. Ainda, sobre o assunto referiu que a Assembleia Municipal e também o executivo, teriam que aprovar o mapa de transferência para as juntas de freguesia, sabia que tinham sido distribuídos alguns, mas que, a Mesa não tinha o mapa. Pelo que, lhe parecia razoável, exigir que o executivo tratasse todos de igual forma, não privilegiando, desde logo, os interessados. Terminou, dizendo que, era tradição do Município esse mapa integrar o Plano e Orçamento, sabia que a lei não obrigava, no entanto, reforça que era uma questão de transparência e respeito, todos terem conhecimento mais, ou menos, ao mesmo tempo.-----

-----Foi dada a palavra ao público, tendo usado da mesma, Fernando Miranda, para tecer alguns comentários sobre as atividades municipais.-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram zero hora e trinta minutos do dia vinte e nove de dezembro de dois mil e dezassete.- E, nos termos legais e regimentais, se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----


António Jorge Manuel Miranda
Mesa da Ata.

